

Comitê busca otimizar serviços de juizados especiais



A uniformização dos ritos processuais nos juizados especiais e a necessidade de estabelecimento de remuneração para conciliadores e mediadores que atuam no segmento foram os assuntos tratados na primeira reunião do Comitê Nacional dos Juizados Especiais (CONAJE), realizada na última quinta-feira (27/5). Além da apresentação dos integrantes do grupo, o encontro se destinou ao levantamento de temas que serão abordados pelo comitê, organização da agenda e metodologia de trabalhos. A próxima reunião está marcada para 22 de junho.

Coordenado pela conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Candice Jobim, o CONAJE foi instituído pela Resolução CNJ nº 359/2020 com o objetivo de estimular e supervisionar programas, projetos e ações para melhoria dos serviços dos juizados especiais. De acordo com a conselheira, a principal missão é aprimorar a prestação jurisdicional, contribuindo para maior celeridade nos julgamentos, além de uniformizar os procedimentos para aumentar a segurança jurídica.

A primeira questão proposta por Candice Jobim foi relativa à padronização dos ritos processuais. Ela observou que alguns juizados se pautam pela Lei nº 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais, e outros pelo Código de Processo Civil. “Alguns admitem agravo, outros não. Então, na verdade, esse é o primeiro ponto que eu gostaria de abordar. Entendo que esse é nosso primeiro desafio.”

A uniformização de procedimentos também foi apontada pelo juiz Aiston Henrique de Souza, da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Distrito Federal, como um tema central para melhoria do sistema. “A lei foi feita de modo muito simples e informal, com o objetivo de facilitar os procedimentos, o que dá muita liberdade ao juízo. Um dos problemas que eu vejo nisso é a falta de uma unidade central, que acaba contribuindo para que haja essa grande disformidade de procedimentos”, pontuou o magistrado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

A elevada judicialização envolvendo diferentes temas foi apontada pelo juiz Roberto Chiminazzo Júnior como um dos fatores que afetam os juizados. Ele atua na 2ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro da Comarca de Campinas (SP), e observou que existem casos de demandas que podem ser classificadas como predatórias e que contribuem para elevar ainda mais o número de processos. “Algumas demandas são absurdas e requerem os mesmos prazos de análise de causas justas”, explicou o juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

1º Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário segue até o dia 11 de junho

O 1º Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário (E-Labs) teve início ontem, dia 7, e segue até o dia 11/6, apresentando modelos de trabalho que podem servir de inspiração para a modernização do processo judicial, por meio da execução centralizada de ações baseadas em tecnologias digitais. O evento é organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Regional Federal da 3ª

Região e a empresa de inovação Judiciária Exponencial.

O 1º Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário é 100% on-line e será transmitido ao vivo pelo canal do Judiciário Exponencial no YouTube. Acesso no link: <https://bit.ly/3v315JS>

Para ver a programação completa e saber mais sobre o E-Labs, acesse: <https://bit.ly/3w1j8I4>

Amanhã: Hoje: Augusto Acioly da Cunha Barros (16ª Vara) e Tiago Lopes Lacerda (Guanambi). **Amanhã:** Gabriel de Jesus Ribeiro (Vitória da Conquista) e Gilberto Soares da Silva (Irecê). **Parabéns!!!**

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Diagramação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Informativo sobre identificação e combate ao assédio moral no trabalho disponível no Portal SJBA

A Seção Judiciária da Bahia, por meio do Comitê Gestor Seccional do Código de Conduta (COGECOD/BA), elaborou o “Informativo ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO (IDENTIFICAÇÃO E COMBATE)” que tem por objetivo, permitir que servidores, estagiários e prestadores de serviço, da Justiça Federal da Bahia, saibam identificar o assédio moral no ambiente de trabalho, de modo que possam atuar ativamente no seu combate, quer seja na condição de vítima ou de testemunha.

O Informativo, de fácil compreensão, explica o conceito, as formas que caracteri-

zam o assédio, os meios para combatê-lo, bem como a proteção legal ao assediado.

Vale ressaltar que, conforme veiculado no JFH de 28 de maio de 2021, por meio da Portaria SJBA-DIREF 129/2021, a SJBA divulgou a lista completa de membros da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação no âmbito da SJBA.

O Informativo está disponível no portal da SJBA, no link: <https://portal.trf1.jus.br/sjba/transparencia/etica/etica/cartilha/cartilha.htm>



Precatórios

Esse painel mostra os indicadores dos Precatórios e RPVs, dando informações e gráficos das requisições processadas, depositadas, retificadas, depósitos com e sem alvará e dias para pagamento (prazo médio entre o dia que o recurso financeiro foi disponibilizado no TRF e a comunicação ao juízo requisitante), com opção de filtro por período.

